



**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO**

**CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO TERRITÓRIO CATARINENSE**

**MAFRA
2020**

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CURSO DE EXTENSÃO PROESDE DESENVOLVIMENTO**

**CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO TERRITÓRIO CATARINENSE**

Trabalho desenvolvido para o Curso de Extensão PROESDE Licenciaturas, oferecido em parceria entre a Universidade do Contestado e o Governo do Estado de Santa Catarina. Prof^a Clarice Gaudêncio.

**MAFRA
2020**

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos...

Ao governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Educação por proporcionar tão relevante parceria;

A Universidade do Contestado, pela busca incansável de promoção de desenvolvimento e de aprimoramento dos conhecimentos aos estudantes.

EQUIPE TÉCNICA

a) Acadêmicos

Lais Grosskopf

Johnatas dos Anjos

ShadyaJurich

b) Área de pesquisa

Educação e Currículo

c) Orientador de conteúdo

Prof^a Clarice Gaudêncio

d) Responsável pelo Curso

Prof^a Marilene Terezinha Stroka

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de estudos realizados por estudantes de Licenciatura da Universidade do Contestado. O tema abordado foi a Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Território Catarinense. Os estudos se deram inicialmente na identificação da totalidade do documento, curricular construído no estado de Santa Catarina a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular. Durante o curso os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o documento, a partir da análise de sua estrutura total. Os estudos também foram focados nos temas da diversidade contemplados no documento e que tem grande relevância para a prática docente e ara a formação dos cidadãos do futura, além da ênfase a área de Ciências da Natureza, no componente curricular Ciências em virtude do curso de origem dos estudantes do curso.

Palavras-chave: BNCC.Ciências da Natureza.Habilidades e Competências.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 OBJETIVOS.....	7
1.1.1 Objetivo Geral.....	7
1.1.2 Objetivos Específicos.....	7
1.2 JUSTIFICATIVA.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BASES LEGAIS.....	8
2.2 CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	9
2.2.1 A Diversidade como Princípio Formativo da Educação Básica.....	10
2.2.2 Educação Infantil no Território Catarinense.....	17
2.2.3 Ensino Fundamental no Território Catarinense.....	19
2.2.3.1 Área de Ciências da Natureza.....	19
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

A partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, os sistemas de ensino passaram a ter a incumbência de reestruturar seus currículos em atendimento ao que estabelece o documento. A BNCC não é currículo, mas sim o conjunto de diretrizes que estabelecem o mínimo que as escolas de todo o território devem ensinar aos seus alunos. A Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017, aprovou a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e este, serviu de referência para a construção do “Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense”.

A construção do “Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense” se deu a partir da ação direta do estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE, União dos Dirigentes Municipais de Santa Catarina – UNDIME – SC, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME e Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

As discussões envolveram profissionais da educação das diversas áreas de formação com o intuito de consolidar a estruturação do documento, numa perspectiva de formação integral do estudante. O grupo de trabalho teve a incumbência de trabalhar a atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina - PCSC, cuja atualização tinha ocorrido no ano de 2014. É possível observar que a última atualização da PCSC já havia se organizado por áreas do conhecimento. Nesse sentido, coube agora adaptar a estruturação das áreas, contemplando ainda as habilidades, tais como definidas na BNCC.

O documento elaborado e intitulado Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense serve agora como referência para a reestruturação e atualização dos Projetos Pedagógicos das Escolas Estaduais e também dos municípios que aderiram ao documento.

Nesse sentido, cabe questionar: Quais implicações do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Compreender o Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a estrutura do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense;
- Analisar o potencial de aprendizagem dos estudantes diante da oferta do ensino para o desenvolvimento de habilidade e competências;
- Refletir sobre os processos pedagógicos da Educação Infantil e Ensino Fundamental frente a formação integral dos estudantes.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense se constitui de uma etapa de adequação curricular com o intuito de atender o que estabelece a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Assim, é um momento de reflexões de profissionais da educação das diversas áreas e atuações para que desta forma as aprendizagens sejam contempladas nos currículos dos estados e municípios e Projetos Pedagógicos das escolas.

Além disso, é fundamental que tais estudos sejam integrados aos currículos dos cursos de Licenciaturas, tendo em vista que as práticas atuais devem contemplar tais conhecimentos.

2 REFERENCIALTEÓRICO

2.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BASES LEGAIS

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC está prevista na legislação nacional. Desde a Lei de Diretrizes e Bases -LDB nº 5.692 de 1971, havia a previsão de uma base comum e parte diversificada.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo III que trata sobre a Educação, determinou no Artigo 210 que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). A referência ao Ensino Fundamental no texto da Constituição se deve ao fato de que sua aprovação se deu durante a vigência da LDB nº 5692/71, quando o período de escolaridade obrigatória era o Ensino Fundamental, na época com a denominação de Ensino de 1º grau.

Quando da aprovação da LDB 9394/96, novamente a necessidade da implantação da base ficou evidenciada no Art. 26.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2013).

Nesse período, até a aprovação da BNCC, outros estudos foram desenvolvidos, por iniciativa do Ministério da Educação – MEC. Estes estudos culminaram em documentos, entre os quais podemos destacar a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB nº 04 de 13 de julho de 2010 e o Plano Nacional de Educação – PNE aprovado em 2014.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem normas obrigatórias para a Educação Básica. Têm o objetivo de orientar a estruturação curricular das escolas e sistemas de ensino, oferecendo subsídios para a construção de currículos e conteúdos mínimos. Em 2014, o Plano Nacional de Educação – PNE reitera a

necessidade da aprovação da BNCC, e estabelece o prazo de 02 (dois) anos para a finalização e aprovação do documento.

2.2 CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NO TERRITÓRIO CATARINENSE

O Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação através da Resolução CEE/SC nº 070, de 7 junho de 2019. É o resultado da atualização curricular necessária a partir da aprovação da BNCC.

A BNCC (2018, p 8) é “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares”.

A última atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC foi aprovada no ano de 2014. O objetivo foi atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para os Direitos Humanos. Estão incluídas discussões relacionadas a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Ambiental, numa perspectiva de formação integral do indivíduo. Para os direitos humanos, a PCSC incluiu os temas da diversidade, propondo discussões para a educação para as relações de gênero; a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero); a educação e prevenção; a educação ambiental formal; a educação das relações étnico-raciais; e as modalidades de ensino e a educação especial. Além disso, a atualização de 2014 fez a estruturação curricular, com a organização das disciplinas em áreas do conhecimento. As áreas do conhecimento ficaram assim estruturadas: área de Linguagens, área de Ciências Humanas e áreas de Ciências da Natureza e Matemática. Ao analisar o documento atualizado no ano de 2014 é possível perceber que o documento discute os aspectos teóricos e pedagógicos, sem no entanto, discutir os conteúdos que devem ser trabalhados em cada uma das disciplinas.

O documento “Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Território Catarinense”, da atualização realizada no ano de 2019, tem 8 Capítulos sendo: 1) A diversidade como princípio formativo na educação básica; 2)

Educação Infantil; 3) Alfabetização; 4) Área de Linguagens; 5) Área de Matemática; 6) Ciências da Natureza; 7) Ciências Humanas e 8) Ensino Religioso.

As principais diferenças entre os dois documentos estão na inclusão da Educação Infantil, na reorganização das áreas do conhecimento e na inclusão, em cada um dos componentes curriculares, das unidades temáticas (eixos de aprendizagens), dos objetos do conhecimento (conteúdos) e do conjunto de habilidades que devem ser desenvolvidas em cada ano do percurso formativo, conforme estabelece o documento da BNCC.

2.2.1 A Diversidade como Princípio Formativo da Educação Básica

Compreender o tema diversidade implica reconhecer as diferenças e respeitá-las. O tema está presente nos debates e defesas dos movimentos sociais, especialmente nas últimas décadas.

Na educação, a diversidade começa deixar sua marca a partir das discussões para a construção da Constituição Federal de 1988, nesse período iniciam e os processos de democratização da educação. Quando a escola passou a ser espaço para todos indistintamente.

De acordo com Libâneo (1984, p.12),

A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade.

Para melhor entender a origem das discussões e lutas por espaços para a diversidade é importante se remeter a escola seletiva e excludente que perdurou até a década de 90. Muitos estudantes oriundos de classes populares simplesmente se evadiam, sem que houvesse ações eficazes para seu retorno. Nesse sentido, fica mais fácil de entender o saudosismo de muitos professores. A escola ia se tornando o espaço ideal, com alunos também ideais, dentro das expectativas dos educadores. Muitos se evadiam das escolas por suas características étnicas, sociais, intelectuais ou físicas.

Assim, amparada no que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Direitos Humanos, o estado de Santa Catarina contempla em seu currículo os temas Educação Ambiental Formal e Educação para as Relações Étnico-Raciais; e as modalidades de ensino Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar do Campo e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A **Educação Ambiental Formal** se refere às relações do indivíduo com o seu ambiente. A inclusão do tema se justifica na proposta numa perspectiva de que a educação pode promover o desenvolvimento da consciência, despertando assim o comprometimento do indivíduo com o seu entorno. Desse modo, o indivíduo passa a se considerar como protagonista de ações que visam os cuidados e a preservação, além da recuperação de áreas degradadas.

A promoção de ações de educação ambiental, podem pela ação de crianças e adolescentes concretizar mudanças na ação do homem e meio ambiente onde estão inseridos. Nesse sentido, de acordo com Santa Catarina(2019, p. 26):

a educação como processo visa promover, nas pessoas, o desenvolvimento de habilidades intelectuais para assimilação de dados e de informações na geração de conhecimento de forma integrada, para apropriarem-se e mudarem comportamentos.

Ao pensar a educação nessa perspectiva, o que se espera é o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes para que possam compreender seu papel na sociedade, pelo compromisso com as mudanças necessárias. É o hábito, a atenção e a observação que poderão desenvolver nos indivíduos capacidades diferenciadas. Se desde cedo a criança é incentivada a cuidar com o local de depósito de lixo, separa o lixo, cuidar das águas, entre outros ela vão crescer com estes hábitos. Assim, nesse caso do cuidado com o lixo se torna algo rotineiro e natural para a criança. Além disso, estas crianças, que crescem com a atenção e cuidado com o ambiente, vão também possibilitando mudanças no comportamento dos adultos pois podem corrigir hábitos inadequados.

Pensar a Educação ambiental na escola pode e deve ser uma estratégia permanente. O desenvolvimento de projetos que promovam o desenvolvimento de habilidades geradoras de cuidados com o ambiente pode criar uma geração mais atenta ao seu entorno. Alguns projetos que podem fazer parte da rotina da escola

são a Horta Escolar, com o uso de fertilizante orgânicos, como os restos de alimentos. Reciclagem: com a participação dos estudantes para que compreendam os resultados da reciclagem. A escola pode por exemplo utilizar o dinheiro obtido com a reciclagem com algo que seja agradável para os estudantes e desse modo incentivá-los a participar do projeto na escola e até mesmo estender para suas casas.

O processo educativo implica em mudanças de comportamentos. Assim é importante que a criança seja incentivada a ser uma observadora do seu entorno, contemplar tudo a sua volta para que desenvolva o hábito de observar tanto as mudanças provocadas pelo cuidado do homem, como aquilo que merece maior atenção e cuidados.

A **Educação para as relações étnico raciais** pensada logicamente implica na compreensão de que todos, indistintamente somos diferentes e únicos em nossa aparência, personalidade, desejos, sonhos. Porém, a inclusão deste tema na Proposta curricular de Santa Catarina expressa uma preocupação maior e que diz respeito com aqueles que sofreram ou que ainda sofrem com a discriminação e com o preconceito.

Por compreender que processos históricos resultaram em dor e sofrimentos a algumas etnias, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada no ano de 1996, estabeleceu a obrigatoriedade de estudos sobre os afro-brasileiros e indígenas. Porém, é importante que estes estudos não se limitem a “dia do índio”, “dia da consciência negra”, cujas atividades criam muitas vezes caricaturas nas representações e apresentações escolares. Para Munduruku (2019), o dia do índio é uma data folclórica e preconceituosa.

Considerando todos os fatos históricos de discriminação e preconceitos, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense ao se referir a diversidade étnico racial no estado de Santa Catarina, envolve “os grupos indígenas (Guaranis, Xoglengs, Kaigangs), os afrodescendentes, os quilombolas, os caboclos, os mestiços, os ciganos” (SANTA CATARINA, 2019, p. 37).

Para ilustrar o tema inserimos um alerta que faz parte do Currículo Base para reflexão nas unidades escolares.

Prezadas professoras e prezados professores,

Esta carta é para manifestar nossa indignação perante a representação de nós indígenas no ensino da nossa cultura nas redes públicas municipal e estadual de ensino. No Estado de Santa Catarina, somos três povos indígenas: Kaingang, Laklãnõ/Xokleng e Guarani. Não toleramos mais sermos representados como sujeitos do passado, “congelados” no tempo das primeiras invasões dos nossos territórios.

Muito menos toleramos um julgamento prévio sobre a nossa aparência física, determinando quem é ou não indígena. Pedimos respeito. Não somos personagens folclóricos, somos reais. Não aceitamos, portanto, a vulgarização dos nossos elementos sagrados, como nossa pintura corporal e nosso cocar. Assim, pedimos que não pintem os rostos dos seus alunos ou façam cocares para adorná-los no dia 19 de abril: o respeito não se ensina por meio de uma fantasia.

Insistimos em esclarecer que não mais vivemos nus, em ocas ou malocas, se alimentando exclusivamente com peixes e frutas, conforme representações de livros didáticos ultrapassados. Embora tenhamos sofrido um histórico de violência e de sistemática tentativa de destruição dos nossos povos e de nossas culturas, nós resistimos. Em meados de 1950, alguns estudiosos previam um futuro bastante sombrio: o de que logo seríamos extintos.

Contudo, não aceitamos passivamente tal previsão, por isso lutamos, resistimos, insurgimo-nos e conquistamos direitos. Com muita garra, garantimos o reconhecimento de nossos territórios, mesmo que reduzidos como Terras Indígenas “demarcadas”.

Nossa educação é pautada, sobretudo, na nossa filosofia de vida que prega o respeito à Mãe Terra, aos nossos ancestrais e à nossa espiritualidade. Isso se reflete em um bem viver, individual e coletivo e nos garante a sustentabilidade. Assim, o poder econômico não domina nossas existências, mas nem por isso ele deixa de ser importante. Produzimos e vendemos nossos artesanatos e alimentos orgânicos.

Temos, também, trabalhos para além dos tradicionais, principalmente nas áreas da educação e da saúde. Por meio da renda que conquistamos com nosso trabalho, compramos celulares, veículos, roupas! Isso não nos faz menos indígenas!

Construímos nossas casas com barro, pau a pique, mas também com tijolose cimento. Valorizamos nossos mestres anciões, mas também já temos mestres, doutores e pós-doutores formados na academia. A formação acadêmica faz-nos afirmar ainda mais nossas identidades, pois, no contato com o outro, podemos reconhecer nossa subjetividade e respeitar a alteridade. Não queremos e não vamos ser integrados, porque integrar sem respeito às diferenças é sinônimo de anular. Exigimos direitos iguais, quando a diferença nos inferioriza e, também, lutamos por nosso direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza.

Somos portadores de ancestralidade, por isso valorizamos profundamente os conhecimentos dos nossos ancestrais transmitidos por gerações por meio da oralidade, da língua, das pinturas corporais, do respeito aos espíritos e à Mãe Terra. Como todos os humanos, somos sujeitos suscetíveis a mudanças culturais, lembrando que cultura não é algo estático. Nem por isso perdemos nossas culturas: as ressignificamos. Fazemos parte da história do Brasil, mas nos antecedemos a ela.

Somos povos originários, não paramos no tempo, andamos através e com o tempo, somos atuais. Nossas culturas estão em movimento, na certeza de que cada sujeito Kaingang, Laklãnõ/Xokleng e Guarani está ancorado pelo povo ao qual pertence. Enfatizamos que não cabe ao não indígena dizer se somos ou não somos indígenas!

Sugerimos a vocês que, ao criarem seus planos de aula para cada componente curricular, busquem bibliografias indígenas históricas e, também, atuais. Nós produzimos material didático em diversas áreas do conhecimento e para diversas fases da vida da pessoa. Sugerimos, aqui, uma lista de material didático ou indicamos onde encontrar, seja para a

Educação Infantil, para o Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio. Contudo, caso tenham dificuldades em encontrar o material didático sugerido, não hesitem em convidar um professor indígena para ensinar. Outra sugestão é levarem seus alunos para conhecer umas das nossas aldeias. Vale informar que também estamos nas redes sociais. Enfim, ensine aos seus alunos que, ao nos encontrarem nos meios virtuais, não debochem ou nos acusem. Vamos juntos ensinar e pedir o respeito e, assim, vencer a discriminação racial, o preconceito e o racismo (SANTA CATARINA, 2019).

Da **Educação de Pessoas Jovens e Adolescentes – EJA** é ainda uma vertente frágil da educação nacional. Seu público em grande parte é constituído de pessoas que fazem parte do grupo de excluídos, ou ainda aqueles que não se adaptaram aos regimes regulares da educação. Ah neste grupo as pessoas que não tiveram acesso a educação na idade adequada, ou que se afastaram para o trabalho.

Nesse sentido, a reflexão do currículo base aponta a necessidade da estrutura curricular pensada para este público especificamente, indicando alguns procedimentos necessários, tais como:

- a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da Educação de Jovens, Adultos(as) e Idosos(as) como uma modalidade da Educação Básica. Tal compreensão busca, em sua organização curricular, ações de Integração curricular orientada pelos princípios do trabalho, das questões sociais e da diversidade como percurso formativo;
- o enfoque maior, por parte do(a) professor(a), nas experiências concretas dos(as) jovens e adultos(as), em sua maioria, trabalhadores(as) como elementos fundantes para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem;
- a incorporação nas propostas curriculares dos seguintes componentes pedagógicos: avaliação diagnóstica e formativa, planejamento participativo com toda a comunidade escolar;
- a autonomia das diferentes redes de ensino na construção de matrizes curriculares a partir das especificidades dos/das estudantes jovens, adultos(as) e idosos(as) no diálogo com as equipes pedagógicas;
- a necessidade de acompanhamento pedagógico dos cursos e dos(as) estudantes na busca de estratégias de acesso, permanência e continuidade de estudos;
- a promoção de chamadas públicas para a Educação de jovens, adultos(as) e idosos(as) como direito subjetivo e constitucional por parte das redes de ensino; (SANTA CATARINA, 2019)
- a elaboração de materiais didáticos por parte das redes de ensino, conjuntamente aos
- seus/suas docentes fundamentados em diretrizes específicas para a EJA;
- a construção de indicativos para a formação docente que atenda ao caráter crítico-reflexivo e que compreenda as especificidades da EJA;
- as garantias por parte das redes de ensino condições materiais, de estrutura pedagógica e financeiras aos docentes e às discentes da EJA e a constituição de documentos legais e de orientação para a EJA nos diferentes Conselhos Municipais de Educação;

- os programas de alfabetização de jovens, adultos(as) e idosos(as) precisam ser pensados como processos iniciais de escolarização e é preciso que seja garantida a oferta para a continuidade dos processos de escolarização desses(as) estudantes.
- a criação de políticas de valorização dos profissionais da Educação de Jovens, adultos(as) e idosos(as), incluindo quadros efetivos de docentes.
- as perspectivas de possibilidades de inserção social de apostas na diversidade como percurso formativo mediante os elementos que constituem este documento (SANTA CATARINA, 2019 p. 72).

A Educação Escolar Quilombola tem o objetivo de resgatar a compreensão da gravidade social vivida pelo Brasil no período de escravidão. Foram 300 anos de escravidão no Brasil, porém os resquícios do preconceito racial perduram até a atualidade.

Os quilombos são comunidades de negros, organizadas desde a época da escravidão no Brasil. São localidades cujos habitantes mantem culturas, costumes de seus ancestrais africanos.

No estado de Santa Catarina são 18 comunidades remanescentes quilombola. De acordo com Santa Catarina, 2019 p 76, estão situadas

Invernada dos Negros – Campos Novos/Abdon Batista; São Roque – Praia Grande/Mampituba; Valongo – Porto Belo; Oriunda da Comunidade Quilombola Invernada dos Negros, Campos Novos/Abdon Batista/SC, trata-se de uma informação verbal constante na Política de Morro do Fortunato – Garopaba; Santa Cruz – Paulo Lopes; Campo dos Poli – Monte Carlo/Fraiburgo; Morro do Boi – Balneário Camboriú; Tabuleiro – Santo Amaro da Imperatriz; Família Thomaz – Treze de Maio; Caldas do Cubatão – Santo Amaro da Imperatriz; Aldeia – Garopaba; Vidal Martins – Florianópolis; Ilhotinha – Capivari de Baixo; Itapocu – Araquari; Rosalina – Araranguá; Beco do Caminho Curto – Joinville; Areias Pequenas – Araquari; Tapera – São Francisco do Sul (SANTA CATARINA, 2019).

De acordo com (Santa Catarina, 2019 p 77), a Educação Quilombola implica na construção curricular que contemple:

O reconhecimento e a valorização da cultura africana como berço da humanidade devem ser ressaltados. A remanescente e o processo de identificação, de localização, de certificação e de titulação das comunidades quilombolas de Santa Catarina devem aparecer nos currículos. Os saberes tradicionais, a cultura e a ancestralidade devem ser ressignificados. Há a necessidade de inserção de referenciais teóricos de autoras e autores negros como contribuição histórica, política, social, econômica e científica da educação (SANTA CATARINA, 2019).

Nesse sentido, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, recomenda que o tema Educação

Quilombola seja trabalhado com o intuito de dar maior visibilidade ao povo negro, resgatando sua história,

A Educação Escolar Indígena se refere a educação voltada para os povos indígenas, observando as especificidades culturais, preservando suas tradições. Seu currículo deve ser específico, diferenciado, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitário, conforme orienta a legislação.

De acordo com SANTA CATARINA, 2019, no estado de Santa Catarina existem aproximadamente 16 mil indígenas que vivem em 27 terras demarcadas. Estes se organizam em três povos distintos: Kaingang, Guarani e Xokleng.

O Decreto Nº 6.861, de 27 de maio de 2009 estabelece os objetivos da educação escolar indígena, que são:

- I - Valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- II - Fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;
- III - Formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;
- IV - Desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- V - Elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e
- VI - Afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena (BRASIL, 2009).

Educação do Campo: durante muito tempo o processo educativo se focou na escolarização de pessoas com a finalidade de ascensão numa concepção compreendida como a liberdade do povo do campo. Com isso, o êxodo rural foi se acentuando no Brasil de modo que o campo foi se esvaziando. Dentro desta perspectiva, acreditou-se durante muito tempo que a atividade rural tivesse um grau de importância inferior que as atividades desenvolvidas nas cidades. Motivadas pelo desenvolvimento industrial nas cidades brasileiras, e considerando a escassez de recursos no campo para pequenos produtores, as cidades foram recebendo número mais elevado de população, sem no entanto tendo as perspectivas de trabalho supridas. Isso resultou no aumento da pobreza nas cidades tendo em vista que as pessoas do campo não possuíam habilidades profissionais para ser absorvidos nas vagas oferecidas.

Nesse sentido, a Educação do Campo estrutura-se no desenvolvimento de habilidades para as atividades rurais, fazendo com que a população rural se mantenha em suas origens. Além disso, o que se espera é o aumento de habilidades profissionais com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas em suas origens, conforme estabelecido em Brasil, 2002 p. 1:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no território catarinense representa ainda um desafio para a educação nacional, não apenas no estado mas em todo o país. As tratativas de educação inclusiva constituem pauta na educação desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, reforçadas com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, cujo teor estabelece no Art. 58:

Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013, p. 2).

A educação especial se referencia nos princípios da equidade. Não basta oferecer igualdade de condições de acesso e permanência àquele que tem características e potencial diferenciado. Nesse sentido, pensar a educação inclusiva implica em repensar os processos pedagógicos e os currículos escolares para atender a demanda de especificidades que a educação especial coloca nas unidades escolares. A inclusão na educação não se faz com a contratação de segundo professor em sala de aula, ou em provas adaptadas, mas sim com o repensar sobre as metodologias e os saberes trabalhados no cotidiano da escola.

Há que se pensar no potencial que cada indivíduo possui e com base nisso desenvolver os processos educativos.

2.2.2 Educação Infantil no Território Catarinense

A partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil foi definido seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. São eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. A BNCC propõe também dois eixos estruturantes para a prática pedagógica na Educação Infantil que são as interações e brincadeiras. Estes eixos estruturantes tem a incumbência fundamental de favorecer a consolidação da aprendizagem pelas crianças.

A organização curricular deve ocorrer por Campos de Experiências, com objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por faixas etárias. Os campos de experiência estabelecidos na BNCC para a Educação Infantil são: O eu, o outro e nós; corpo, gesto e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

A divisão da faixa etária e a nomenclatura usada para os segmentos da Educação Infantil foram estabelecidos como: creche para bebês de 0 a 1 ano e 6 meses e crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses até 3 anos e 11 meses e Pré escola para crianças de 4 anos até 5 anos e 11 meses. A divisão de faixa etária foi organizada levando em consideração as especificidades necessárias a cada um dos grupos etários que constituem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento desta etapa.

Alguns aspectos que merecem ser observados é que na Educação Infantil a BNCC apresenta os direitos de aprendizagem, campos de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, enquanto no Ensino Fundamental se estrutura por áreas do conhecimento, com objetivos específicos de cada componente curricular e as habilidades que o aluno deve desenvolver ao longo desta etapa. Também é importante ficar atento com o processo de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. É preciso que haja continuidade em todos os momentos do percurso formativo da Educação Básica, introduzindo as mudanças com equilíbrio, fazendo com que haja integração e continuidade na apropriação de aprendizagens pelas crianças, respeitando suas características pessoais e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa do processo de escolaridade.

O currículo base para a Educação Infantil no território catarinense estabelece em seu texto: concepção de infância, compromisso com princípios éticos, estéticos e políticos; interações e brincadeiras; relação com as famílias, Organização do cotidiano e suas relações com os tempos e espaços; avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças; percurso formativo – transições; profissionais da educação infantil; organizadores curriculares, estes últimos se referem a organização dos componentes de aprendizagem em cada momento.

2.2.3 Ensino Fundamental no Território Catarinense

A partir da aprovação da BNCC o Ensino Fundamental passa a ser estruturado em áreas do conhecimento que são:

Linguagens: com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Inglesa, a partir do 6º ano.

Matemática: com o componente curricular Matemática.

Ciências da Natureza: com o componente curricular Ciências.

Ciências Humanas: com os componentes curriculares de História e Geografia.

Ensino Religioso: com o componente curricular Ensino Religioso.

No Currículo Base para o Território Catarinense para o Ensino Fundamental, o documento inicia com a fundamentação do período de alfabetização para dois anos, conforme estabelece a BNCC.

As áreas estabelecidas para o Ensino Fundamental, são apresentadas com as competências específicas de cada área, assim como as competências de cada componente curricular conforme o documento da BNCC. O documento perpassa todos os fundamentos metodológicos de cada componente curricular, avaliação do processo de ensino e de aprendizagem da área e apresenta os quadros com as aprendizagens que devem acontecer em cada momento do percurso do Ensino Fundamental.

2.2.3.1 Área de Ciências da Natureza

Neste documento termos maior detalhamento da área de Ciências da Natureza tendo em vista que todos os estudantes do curso são matriculados nesta área.

As competências da área de Ciências da Natureza são:

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.
2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018. p. 324).

As competências da área, na BNCC tem o papel de promover o desenvolvimento de habilidades que ao longo do percurso formativo podem dar conta de formar um indivíduo capaz de atuar com autonomia e iniciativa na sociedade, contribuindo e transformando-a. Por exemplo, se tomarmos a competência 7, a analisa-la ao longo do Ensino Fundamental nas habilidades que deverão ser desenvolvidas a partir das aprendizagens essenciais, podemos identificar que no 1º ano o aluno deve localizar, nomear e representar as partes do seu corpo, suas funções, além de comparar características físicas, reconhecer diferenças e respeitando a diversidade. Já no 4º ano as habilidades desenvolvidas devem dar conta de fazer com que o aluno seja capaz de propor medidas para prevenção de doenças, a partir de estudos sobre formas de transmissão de vírus e

bactérias. Assim ao longo desta etapa é possível observar uma ampliação progressiva de habilidades que articuladas podem resultar no desenvolvimento das competências da área. Também é possível identificar que este conjunto de habilidades dão conta de formar a capacidade de abstração e de autonomia de ações e de pensamento. Desse modo, o que se espera é que o estudante comece a se perceber como ser social e promova ações de melhorias, nas suas casas, nas suas ruas, bairros, cidades, país, planeta. Cuidar do consumo de água por exemplo, do destino dado ao lixo, do consumo de energia, são alguns exemplos que o ensino de ciências que está proposto pode favorecer.

Ao longo do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza está estruturada com três unidades temáticas que são: Terra e Universo, Matéria e Energia e Vida e Evolução.

A unidade temática Matéria e Energia visa desenvolver a capacidade de perceber a natureza da matéria, assim como os diferentes usos da energia. Nesse sentido cabe compreender a origem, a utilização e o processamento de recursos naturais e energéticos.

Na unidade temática Terra e Universo os estudantes do Ensino Fundamental devem compreender as características da Terra, do Sol, da Lua, demais corpos celestes, com base em suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles, compreendendo os fenômenos relacionados a eles.

Na unidade temática Vida e Evolução, estão integrados os estudos dos seres vivos: características e necessidades, evolução, suas interações e interdependências. Cabe ainda identificar o papel do ser humano no ambiente, com os demais seres vivos e não vivos e preservação da biodiversidade.

Com relação a área de Ciências da Natureza a BNCC enfatiza sobre a necessidade de transpor a transmissão de conhecimentos, avançando para a investigação, com o uso de pesquisas, análise de dados, favorecendo a apropriação de saberes inerentes. O Currículo Base para o Território Catarinense, na área de Ciências da Natureza, alinhado a BNCC propõe que as crianças e jovens do Ensino Fundamental tenham acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos ao longo da história, também aos principais processos, práticas e procedimentos da investigação científica, promovendo o letramento científico. Para isso, é primordial fazer uso tecnologias digitais de informação e comunicação para produzir conhecimento e resolver problemas das Ciências.

Desse modo a área de Ciências da Natureza, alinhada as competências gerais da BNCC deve buscar ao longo do percurso de formação desenvolver as habilidades necessárias para que os estudantes passem a “argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, ponto de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético, com relação ao cuidado consigo mesmo, com o outro e com o planeta” (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, cabe promover uma prática docente que possibilite ao estudante interpretar o mundo natural, social e tecnológico, além da capacidade de transformá-lo com base em processos, práticas e procedimentos de investigação científica.

Propostas de Plano de Aula para o Componente curricular Ciências:

1) 6º Ano: Misturas e seus aspectos visuais

Objetivos de Aprendizagem: Misturas homogêneas e heterogêneas

Habilidades: Classificar como homogênea ou heterogênea a mistura de dois ou mais materiais (água e sal, água e óleo, água e areia etc.)

Conteúdos: Misturas homogêneas, heterogêneas, fases e componentes.

Metodologia: a partir do tema: “como se misturam?” –

Solicitar aos alunos que tragam para a aula diferentes ingrediente tais como frutas, açúcar, óleo, sal, bolas de isopor, pedacinhos de papel recortados, entre outros.

- Organizar os alunos em equipes para que possam misturar os ingredientes e registrar o que observam:
- Oferecer para cada equipe recipientes com a indicação das misturas que devem fazer.
- Após as misturas realizadas pedir para que descrevam quantas misturas podem observar.
- Deixar os alunos a vontade para criarem suas próprias misturas, analisarem e relataremos resultados.

–Ao final fazer uma roda de conversa para que os alunos possam relatar o que observaram nas misturas que fizeram.

Avaliação: Será observada a realização da atividade, com os registros e apontamentos feitos pelos alunos.

2) 6º Ano- Água poluída: uma mistura com mais de uma fase

–**Objetivos de aprendizagem:** Reconhecer sistema heterogêneo por meio da análise de água poluída.

–Classificar como homogênea ou heterogênea a mistura de dois ou mais materiais (água e sal, água e óleo, água e areia etc.)

–**Materiais:** folha de sulfite ou outro papel branco, canetinha, lápis de cor, recipiente transparente para água, galhos e folhas de árvore, garrafa PET, plástico ou sacolinha, tampinhas de garrafa PET, óleo (pode ser usado), corante preto solúvel em óleo, corante solúvel em água (verde), areia ou terra, detergente, sal e pedrinhas.

Em equipe, os alunos irão participar do “Concurso Terra Planeta Água” com o tema água poluída. O professor vai colocar a música Planeta Água, com Guilherme Arantes e enquanto toca a música apresentar imagens de água, diferentes paisagens e diferentes condições da água. Ao final da música conversar com os alunos sobre as imagens que viram e pedir que relatem sobre os rios que conhecem. A partir destas considerações, propor um concurso, onde os alunos organizados em grupos de 4 integrantes criem um desenho que represente um rio de água poluída. Ao concluir a atividade de desenho, o grupo deverá montar um texto, que irá acompanhar a exposição na escola.

Avaliação se dará de acordo com a criatividade e uso adequado dos materiais pelo grupo. Os desenhos criados podem ser expostos na escola para os demais alunos, com apresentação de cada grupo fazendo a explanação do que criaram, das ideias que os motivaram.

3) 7º ano - Temperatura/Calor,AnimaisHomotérmicoseHeterotérmicos

Objetos de Conhecimento: Formas de propagação do calor

- Diferenciar temperatura, calor e sensação térmica nas diferentes situações de equilíbrio termodinâmico cotidianas.
- Chamar alunos que se disponham a participar como voluntários: Usar potes com água em temperatura ambiente, fria e morna para iniciar a discussão sobre o tema:

Calor e Temperatura são as mesmas coisas?

Propor a seguinte discussão:

- Pode se ter vida em um ambiente muito frio ou muito quente?
- Organizar a turma em grupos e pedir para cada grupo pesquisar sobre o assunto. Após a pesquisa realizada os dados pesquisados podem ser anotados no quadro. O professor deverá fazer a mediação junto aos alunos, analisando com os alunos o que são animais homotérmicos e heterotérmicos, como vivem, onde vivem.
- Avaliação: Ao final da atividade os alunos, em dupla deverão elaborar um relatório identificando animais homotérmicos e heterotérmicos, caracterizando-os.

4) 8º Ano –Características do movimento de rotação da Terra

Objetivos de aprendizagem: Distinguir as principais características do movimento de rotação da Terra.

Materiais necessários: - Bola de isopor com 20 cm de diâmetro; - Peça de arame com cerca de 40 cm ou espeto fino com o mesmo tamanho; - Fita gomada para simular o movimento de rotação da terra. Montar juntamente com os alunos.

Lançar as seguintes perguntas: O que é o movimento de rotação? Qual é a importância do movimento de rotação da Terra?

Identificar os conhecimentos prévios. Pedir que os alunos em grupos de 4 integrantes discutam e respondam e reservem a resposta.

Na sequencia utilizar o modelo montado em sala de aula para análise pelos alunos com o objetivo de distinguir as principais características do movimento de rotação da Terra.

Conforme o tema vai sendo trabalhado os alunos podem identificar nas respostas prévias dadas. Após exposição e reflexões em sala de aula, as equipes trocam os papéis com as respostas para as devidas recomendações de correção.

Ao final propor a seguinte questão para pesquisa: Se a terra está em movimento, porque não percebemos? A questão deve ser pesquisada pelos grupos, para exposição das ideias encontradas.

Após passado trabalho do professor, pesquisa sobre o tema, de posse da primeira resposta feita pelo grupo e com considerações de outros colegas cada grupo deverá montar um acróstico que de conta de apresentar os questionamentos da aula.

Avaliação: Ao final da atividade, cada grupo deverá apresentar para a turma o acróstico com considerações corretas sobre o tema da aula.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho sobre o Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental no Território Catarinense foi possível identificar o grande desafio que a educação tem pela frente. O conjunto de documentos orientadores da prática pedagógica, trazem considerações que podem provocar grandes mudanças no processo de escolaridade dos estudantes da Educação Básica. É interessante perceber a relação das aprendizagens essenciais com os resultados na formação dos estudantes, através do desenvolvimento de habilidades e competências.

Para isso, alguns aspectos que foi possível entender são a necessidade de começar incluir o aluno com um papel diferente no processo de ensino e de aprendizagem. O aluno não deve mais sentar em sala de aula e ouvir o professor explicar matérias, e depois decorar textos e mais textos. A experimentação, a observação e a análise devem se constituir do cotidiano da escola.

Com base no que foi possível observar no documento, os estudantes do futuro poderão ter postura diferente frente ao seu papel não só na vida escolar mas como cidadão.

Como os alunos deste curso são todos do curso de Ciências Biológicas, foi analisado mais atentamente ao componente curricular Ciências, o que permitiu identificar que este componente possui por suas características muitas possibilidades de mudanças no dia a dia da escola. Em Ciências há uma possibilidade muito maior de pesquisa e experimentação, o que pode resultar no letramento científico que o documento propõe. Nesse sentido ao final do curso restou a expectativa de iniciar um novo olhar sob a prática pedagógica do professor de Ciências, desenvolvendo assim o pleno conhecimento entre os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, DF, 14 jul. 2010a. Acesso em: 02 abr. 2019.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Território Catarinense**. Florianópolis, SED, 2019. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos>. Acesso em: 01 ago.2019.